



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Patrimônios (in)visíveis, colonialidade(s) em escuta

v. 10 | n. 18 | jan-jun 2021

A disputa em torno do patrimônio no século XXI: uma análise das ações no Brasil e em Portugal

Solange Gomes Valladão



Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

VALLADÃO, Solange Gomes. A disputa em torno do patrimônio no século XXI: uma análise das ações no Brasil e em Portugal. Cadernos Naui, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 92-106, jan-jun 2021. Semestral.

© NAUI

A disputa em torno do patrimônio no século XXI: uma análise das ações no Brasil e em Portugal

Solange Gomes Valladão¹

Resumo

Através dos principais acontecimentos deste século que influenciaram nas mudanças da gestão do patrimônio no Brasil, com a influência recente de Portugal, este artigo propõe a leitura e compreensão das estratégias e táticas empregadas pelas políticas públicas, pelo mercado imobiliário e pela indústria do turismo cultural na disputa por patrimônio urbano com os movimentos sociais presentes nesse espaço que, por sua vez, elaboram ações de resistência e propostas de coexistência, firmando seu direito à moradia e seu papel determinante na expressão cultural que nosso patrimônio possui.

Palavras-chave: patrimônio urbano; movimentos sociais; gestão pública.

Abstract

Through the main events of this century that influenced the changes in the management of the patrimony in Brazil, this article propose the reading and understanding of the strategies and tactics employed by public policies, the real estate market and the cultural tourism industry in the dispute over urban heritage with the social movements, present in this space, which, in turn, elaborate resistance actions and proposals for coexistence, establishing their right to housing and their determining role in the cultural expression that our heritage possesses.

Keywords: urban heritage; social movements; public management.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Graduação e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA. Especialista em Fotografia (Universidade de Araraquara/SP, 2015) e em Artes Visuais, Cultura e Criação (Centro Universitário Senac/BA, 2013). Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Estácio-BA | Email:: sgvalladao@gmail.com

O patrimônio no século XXI

No começo deste século, com a expansão dos meios digitais de informação e de comunicação, as forças em disputa pelo patrimônio urbano (poder público, investidores do mercado imobiliário, setor do turismo cultural, comerciantes, moradores e frequentadores) entenderam de modo mais pragmático que usar esses meios para atuar sobre os aspectos simbólicos do patrimônio cultural, manipulando por meio deles diferentes discursos e manifestações, constituía uma ferramenta para promover mudanças na maneira como programas, projetos e intervenções de reforma (ou outros “res” como revitalização, renovação, requalificação e reabilitação) eram ou não percebidos e assimilados. Ou seja, percebeu-se que intervir naquilo que constitui a experiência subjetiva que cada grupo social possui em relação ao patrimônio material e imaterial, através da mídia e das redes sociais, poderia ser determinante para o êxito de ações em áreas urbanas centrais com bens culturais. O debate político (institucional e social) migrou para as redes sociais onde expressões como pós-verdade, *fake news* e cancelamento representam o grau de polarização alcançado pelos debates nesses meios, em um ciclo permanente de fatos criados na busca por influir no modo como pensamos, interagimos e nos posicionamos dentro e fora dessas redes. Estas expressões que operam na subjetividade são marcos deste século estudados e discutidos tanto por especialistas da área de comunicação quanto por psicólogos, psicanalistas e filósofos².

Com o novo modelo de extrativismo gerado pela coleta e venda de nossas publicações e interações nos meios e aplicativos digitais (o chamado capitalismo de plataforma) é possível a criação, ampliação, modificação e destruição de ideias, com alcance e rapidez, programados e controlados, a ponto de operarem como táticas em estratégias traçadas pelos mais diversos grupos de interesse. Estes dispositivos são mais eficazes para aqueles que detêm maior *expertise* e capacidade de investimento na produção de conteúdo para difusão nos meios digitais de grande alcance. Os dados são analisados por programas de inteligência artificial, organizados e distribuídos de modo a criar e induzir tendências e comportamentos, homogêneos e favoráveis a determinado grupo que assim o deseja. Estes são replicados em grande escala, possibilitada pela presença desses meios em nosso cotidiano mais íntimo. Fatos recentes como o Brexit,³ no

² Algumas obras de destaque em que os autores discutem diversos aspectos desses temas são: Suely Rolnik, em “Esferas da insurreição” (2018); Achille Mbembe, em “Crítica da razão negra” (2018) e Vladimir Safatle, em “Circuitos dos afetos” (2015).

³ Brexit é a abreviatura de “Britain Exit” (saída da Bretanha), que é o processo de desligamento do Reino Unido da União Europeia, decidido em referendo realizado em 2016, marcado por intensa campanha em redes sociais.

Reino Unido (2016), a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América, em 2016, e a última eleição para presidente do Brasil, em 2018, são marcos do uso deste dispositivo e estão entre os exemplos mais citados quando se discutem sua eficácia e seu poder de alcance na complexa trama de manipulação da subjetividade coletiva.

O início do século XXI marca uma mudança nas mídias, nas comunicações pessoais e comerciais e nas redes sociais digitais com o surgimento das principais plataformas que hoje dominam este setor: Facebook (2004), Twitter (2006), WhatsApp (2009) e Instagram (2010). Com elas, tornou-se possível mapear as estratégias e as táticas que sujeitos e grupos sociais empregam para pautar questões sobre os mais diversos temas e acontecimentos, e criar demandas de atenção e discussão sobre determinados assuntos.

O programa Revive

Nada do que foi dito acima ficou de fora nas disputas por patrimônio urbano nas áreas centrais, onde mudanças e avanços nas normas de preservação e o surgimento de novos instrumentos de regulação e registro ampliaram o debate em torno daquilo que constitui o acervo do nosso patrimônio cultural. Destes, destaca-se a instituição do Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000,⁴ do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. A professora Marcia Sant'Anna, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), já chamou a atenção para a relevância dos impactos causados por este decreto, cujos desdobramentos ainda não foram devidamente estudados (SANT'ANNA, 2015)⁵.

No Brasil, com o Governo Federal assumido em 2018, as políticas culturais e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – autarquia responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro – sofreram reformulações em sua estrutura institucional e na orientação política sobre a gestão do patrimônio. A primeira e mais significativa foi a dissolução do Ministério da Cultura (criado em 1985), cuja estrutura institucional migrou para a nova Secretaria Especial de Cultura (criada em 2019), hoje vinculada ao Ministério do Turismo. Outra mudança expressiva e com reflexos diretos na nomeação de cargos estratégicos dentro da estrutura do Iphan nacional e de suas superintendências estaduais foi a adesão do modelo

⁴ Regulamentado pela Resolução n. 1, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (SANT'ANNA, 2014, p. 13).

⁵ O impacto deste e de outros instrumentos normativos na gestão do patrimônio urbano, a partir do século XXI, é o objeto da minha pesquisa de doutorado iniciada em 2015, em que estudo o papel do patrimônio intangível nas mudanças da gestão do patrimônio urbano no século XXI (2000-2020).

gerencial baseado no Programa Revive⁶, que visa à concessão para exploração de patrimônio urbano e natural para investimentos privados relacionados ao turismo. A troca de gestores em diversos cargos teve o papel de incluir pessoas alinhadas a esta política, escolhida e implantada de forma alheia às manifestações que a sociedade civil vem realizando deste então e agora 21 organizações estão alinhadas no Fórum Brasileiro de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural (criado em 2019, em Porto Alegre).⁷

Em Portugal, o programa Revive surgiu numa ação conjunta entre os Ministérios da Economia, Cultura e Finanças, com o objetivo de “promover a requalificação e o subsequente aproveitamento turístico de um conjunto de imóveis do Estado com valor arquitetônico, patrimonial, histórico e cultural” que, segundo o programa, não estariam sendo “devidamente usufruídos pela comunidade”. Este programa é fruto do Decreto-Lei n. 280/2007 (Portugal, de 7 de agosto de 2007), que estabeleceu “As disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais. O regime jurídico da gestão dos bens imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos”. O decreto estabelece também “os deveres de coordenação de gestão patrimonial e de informação sobre bens imóveis dos sectores públicos administrativo e empresarial, designadamente para efeitos de inventário.”

O modelo Revive chegou oficialmente no estado da Bahia através de um acordo assinado em 21/6/2019 entre a Secretaria de Turismo do Estado e a Secretaria de Turismo de Portugal (PACHECO, 2019). Uma primeira iniciativa deste acordo foi o Resumo do Protocolo de Intenções, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), publicado no Diário Oficial do Estado (DOE, Ano CIV, n. 22.797) em 4/12/2019, cujo objetivo foi: “identificar juntamente com a Arquidiocese de Salvador os possíveis imóveis de propriedade desta, a fim de integrarem o Programa Baiano de Reabilitação, Patrimônio e Turismo (PBRPT), tendo em vista o Programa ‘Revive’ implementado em Portugal.” O acordo firma também uma parceria que “visa apoiar a criação de um Centro de Restauro e Conservação, com capacitação de jovens restauradores.”

Além da SDE, o protocolo foi assinado pela Secretaria de Cultura (Secult), Secretaria de Turismo (Setur) e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac), ou seja, para implantação do programa já se estabeleceu uma aliança institucional entre economia, cultura,

⁶ Decreto-Lei n. 280/2007, Portugal.

⁷ A página do fórum na internet é: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com>. Acesso em 5/11/2019.

patrimônio e turismo que, embora não seja nova, tem como diferencial a mediação do Estado na articulação entre imóveis privados (arquiocese) de interesse público (em área tombada) com investidores privados, seguindo a cartilha de um modelo externo, o Revive.

Como contraponto do teor mais técnico exigido no DOE para informar esta ação do Programa, as notícias na mídia que divulgaram o acordo modulam um discurso que busca dar à iniciativa um valor de interesse público e social. A redação da notícia publicada⁸ na página na internet da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia traz os seguintes termos “identificar imóveis históricos da igreja católica que possam integrar o Revive Bahia e criar uma rota turística, cultural e religiosa.”

No âmbito Federal, foi lançada em julho de 2019 a Proposta Preliminar do REVIVE Brasil, publicada pelo *The Intercept* (2019)⁹. Na matéria, além da Proposta Preliminar de um novo modelo de gestão do patrimônio baseado no Revive, há também uma relação de 222 propriedades da União que seriam objetos de estudos para entrar nesse modelo. Na Bahia, nessa lista, aparece: Cairu, Ilha de Boipeba, Arquipélago de Tinharé.

Nesta proposta preliminar estava prevista também a realização do seminário Revive Brasil. De fato, em outubro deste ano aconteceu em Porto Alegre o Seminário Internacional Patrimônio + Turismo, com participação de representantes do governo e de empresas de Portugal ligados ao turismo. Como palestrantes nas duas conferências magnas de abertura¹⁰ estiveram o secretário de Turismo da Bahia (Fausto Franco) e o presidente da Vila Galé Hotéis (Jorge Rebelo de Almeida) – empresa portuguesa que está em negociação com o Estado da Bahia para exploração do Palácio Rio Branco, no centro histórico de Salvador, como empreendimento hoteleiro de luxo¹¹. Ao final do seminário foi lançada a Carta de Porto

⁸ Título da notícia: “Governo e Arquidiocese firmam parceria para conservar patrimônio histórico da Bahia”. (2019).

⁹ A matéria “Aluga-se o Brasil” foi publicada no *The Intercept* (2019).

¹⁰ Abriam o “Seminário Internacional Patrimônio + Turismo”: António Baeta, da Direção de Valorização da Oferta da Empresa de Turismo de Portugal, e Paula Araújo da Silva, da Direção Geral de Patrimônio Cultural de Portugal – DGPC (2019).

¹¹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, de 25/9/2019 (DOE Ano CIV n. 22.749), no caderno Licitações, Secretaria de Turismo, foi publicado o Resumo de Termo de Compromisso, tendo como concedente o Estado da Bahia e como empresa autorizada a Vila Galé Brasil. O objeto foi o desenvolvimento do estudo de viabilidade econômica e jurídica necessário para o projeto de intervenção no prédio sede do Palácio Rio Branco, contemplando “a recuperação e revitalização” para implantação de hotel de luxo e ser “explorado pelo regime de Concessão Onerosa de Uso”.

Alegre¹² que, entre outras medidas, afirma o modelo Revive como caminho a ser desenvolvido para a implantação do Programa Nacional de Turismo.

A disputa em torno do patrimônio

A produção e captura de subjetividade operada via mídias e redes sociais digitais pode ser uma peça-chave dos grupos em disputa pelo patrimônio urbano e seus significados culturais. Segundo o sociólogo Herbert de Souza, há dois modos de leitura dos acontecimentos (da conjuntura política): pela lógica do poder dominante e pela oposição a este, empreendida pelos movimentos populares e demais classes subordinadas. Nesse processo, pode-se perceber o jogo segundo o qual a dinâmica trajetória destas forças oscilam em um movimento de ascensão e queda (SOUZA, 2014). No primeiro modo, a leitura se faz no campo do domínio político, acadêmico ou especializado, como forma de produzir arranjos e/ou conduzir a rearranjos sociais para que determinado discurso seja formado sobre a realidade, criando uma versão desta. No segundo, parte-se dos “acontecimentos social e historicamente determinados, existentes, concretos” (SOUZA, 2014, p. 15), para se opor ao discurso hegemônico e apresentar alternativas baseadas em uma perspectiva de justiça social.

A análise de conjuntura contextualiza os acontecimentos, considerando as articulações macro e micropolíticas que atuam como pano de fundo. Dentro de um exercício de análise, observando a lógica dos poderes em disputa pelo patrimônio urbano em Salvador, podemos identificar e indagar dois ângulos e/ou acontecimentos a priori: como os artífices que ocupam os antigos arcos de sustentação da Ladeira da Conceição da Praia em Salvador reformularam o entendimento de si, a forma como se referem à sua atividade e ao seu local de trabalho, agenciando aspectos relacionados à tradição dos ofícios presentes na ancestralidade da cultura negra desde a chegada dos primeiros escravizados, para disputar com o Estado sua permanência nos Arcos, ameaçada¹³ desde 2014; como o Estado capturou o entendimento do baixo valor

¹² Matéria publicada na página do Iphan, “Turismo de base comunitária e patrimônio modernista são princípios da Carta de Porto Alegre (RS)” (2019).

¹³ Hoje, os Arcos estão sendo reformados pela prefeitura de Salvador com a coordenação da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e a supervisão direta dos artífices, depois de um processo polêmico onde o projeto de reforma realizado pelo Iphan foi doado à prefeitura que anunciou a obra sem ter comunicado tal fato aos principais interessados. Depois de muita articulação, os artífices conseguiram a abertura de um diálogo com a prefeitura via FMLF

simbólico como patrimônio¹⁴, do Palácio Rio Branco, primeira sede do Governo colonial no Brasil (fundado como Casa do Governador, em 1549), e de outros imóveis ligados ao nosso passado colonial para, em 2019, com a adesão ao modelo Revive, colocar estes edifícios à disposição da exploração privada, com função quase exclusiva de ativo econômico?

Estas questões ilustram que intervir naquilo que constitui a experiência da subjetividade coletiva pode se configurar como elemento político que atua no modo de adesão ou não às ações de iniciativas populares ou de programas e projetos públicos e privados. Hoje, no Brasil, o cenário político é suscetível de mudanças imprevisíveis que têm atingido especialmente conquistas sociais de todo tipo. Esta ameaça cresceu em gravidade em 2019 quando, em função das medidas sanitárias necessárias para a contenção da pandemia causada pelo Corona Vírus, foram implantadas rígidas normas¹⁵ de controle do uso e ocupação do espaço urbano.

Conceitos que acirram disputas

Os conceitos atribuídos às estratégias de intervenção em áreas centrais com bens culturais têm sido objeto de discussão e crítica desde as primeiras grandes intervenções do final do século XX e colocam “o espaço como categoria central para a reflexão social” (RUBINO, 2009, p. 26). A que tipo de discurso se vinculam? Do que procuram se diferenciar em relação a ações do passado? Que imagem desejam imprimir a determinada ação, diante de uma competição internacional por destinos turísticos, polos de lazer, entretenimento e cultura? São algumas questões que atravessam estes conceitos. Ali, os sítios históricos são entendidos como espaços urbanos capazes de atrair não apenas investidores, como também frequentadores e moradores com maior capacidade de consumo.

¹⁴ O baixo valor simbólico do Palácio Rio Branco chega na pesquisa como uma questão ao mesmo tempo contemporânea e histórica. É mais sobre o valor simbólico do palácio no sentido apropriado pela população e menos sobre o que ele representa como patrimônio na categoria institucional, erudita, no meio acadêmico. O “baixo”, aqui, também não é sobre desvalorização, como algo que era e deixou de ser. É no sentido de “nível de” valor, importância, presença no cotidiano, em comparação com outros monumentos que no imaginário da população têm maior valor simbólico (apropriação e capilaridade junto às formas cotidianas de ocupação e uso do Centro Histórico da cidade) como, por exemplo, a Praça Castro Alves, Mercado Modelo, Elevador Lacerda. O silenciamento a que se refere opera nisso também. Mas entendo que não é um silenciamento deliberado, do fazer calar, e sim de deixar de ser citado nos livros de história, de não fazer parte da formação mais elementar que temos sobre a história da cidade (elementar que falo de ensino fundamental mesmo, do meu – quando criança e das novas gerações).

¹⁵ Normas estas, hoje (1/8/2020), inexplicavelmente em fase de flexibilização, ainda com números diariamente crescentes de novos casos de pessoas doentes e de pessoas que morrem vítimas da Covid-19.

Conhecer como são usados discursivamente alguns conceitos que nomeiam as ações nas áreas com bens culturais permite observar aspectos estratégicos e táticos de seu emprego nas políticas públicas, na projeção de tendências para o mercado imobiliário e para o turismo cultural em áreas centrais; a maneira como os movimentos sociais, presentes nessas áreas, organizam discursos, elaboram ações de resistência e propostas de coexistência com a inevitável dinamização destes espaços, firmando seu direito à moradia e permanência e seu papel determinante na expressão cultural destes espaços. Com esse intuito, reuniram-se dois especialistas do campo das Ciências Sociais: no Brasil, a socióloga Silvana Rubino e, em Portugal, o sociólogo Paulo Peixoto, para discorrer sobre as estratégias de intervenção no patrimônio urbano e sua busca por resultados a partir dos conceitos que empregam. A opção por este campo busca marcar a amplitude de disciplinas em que este debate tem sido realizado, para além da arquitetura e do urbanismo, aos quais estão mais diretamente vinculados.

A escolha de autores e movimentos sociais no Brasil e em Portugal tem relação com as parcerias técnicas na área de gestão do patrimônio e do turismo acima descritas. É preciso destacar que estas parcerias são criadas, renunciando à construção de políticas públicas para estas áreas, discutidas de forma participativa com os diversos setores sociais envolvidos, especialmente aqueles já afetados com as intervenções abrangentes ocorridas nos centros históricos desde o final do século XX, principalmente em relação à falta de moradia para a população de baixa renda, situação que estas políticas devem aprofundar. Não é à toa que os lemas dos movimentos sociais que mais cresceram tanto no Brasil como em Portugal, durante a pandemia causada pelo Corona Vírus, são: “Despejo Zero” (Brasil) e “Quarentena sem casa?” (Portugal).

Descolonizando intervenções

Peixoto, em “Requalificação urbana”, traz uma leitura crítica dos conceitos usados para tratar destas experiências. Ao abordar conceitos como requalificação e reabilitação, que nomeiam as ações no espaço urbano, uma das primeiras observações que faz é sobre o “uso acrítico” com que são empregados nos diversos meios que propagam discursos relacionados a esse tipo de ação e sobre a “ambiguidade” de que se revestem (PEIXOTO, 2009, p. 41). Ele considera que o carácter mais técnico de ambos os conceitos teria um desempenho melhor em ocultar a carga política e mercadológica por trás dos discursos que as empregam. Contudo, sem perder a carga ambígua, estes conceitos são bastante usados no Brasil, vinculados a programas

públicos, publicações especializadas editadas por órgãos e instituições públicas, destinadas à apresentação de programas, capacitação técnica e à veiculação publicitária de ações e resultados.

Em sua análise, ele ainda sobrepõe, mais que distingue, as expressões usadas para nomear as estratégias de intervenção urbana em áreas centrais, para as ações que se propõem a “conferir nova vida a zonas históricas”. O que Peixoto situa como ações que estariam entre reabilitação e requalificação, em Salvador, foi chamado de revitalização e deu nome à lei 9.215/2017, que implanta o programa Revitalizar, idealizado pela prefeitura municipal após uma polêmica aprovação na câmara de vereadores. Antes de sua aprovação, durante uma manifestação na câmara convocada pela Articulação dos Movimentos do Centro Antigo, para exigir a retirada do programa da pauta de aprovação, em um cartaz se lia a frase “Não se revitaliza onde existem vidas. Queremos moradia digna para os moradores do Centro Antigo e não exclusão”. Em 2005, no âmbito do Programa Nacional e Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, o governo brasileiro definiu sua política de reabilitação urbana com o seguinte enunciado:

Reverter o processo de expansão urbana através do constante alargamento de suas fronteiras periféricas e ao mesmo tempo repovoar e dinamizar áreas centrais já consolidadas: isto contribui com o arrefecimento da segregação social e espacial e melhora as possibilidades de integração de diversas classes de renda à economia e à vida urbana (Brasil, 2009, p. 10).

Hoje, as políticas voltadas para esta temática foram fragmentadas entre o Ministério do Desenvolvimento Regional – que assumiu as ações na linha do planejamento urbano – e o Ministério do Turismo – que acumulou as ações nas áreas voltadas para o turismo, cultura e patrimônio cultural e ambiental. O texto “Enobrecimento Urbano”, de Silvana Rubino, é o contraponto para perceber outra face das intervenções e seus efeitos, cujas denominações também passam por um debate conceitual. Nele, gentrificação seria um efeito que ocorre mesmo nas intervenções preocupadas com a manutenção da identidade do lugar, pois a progressiva valorização imobiliária e comercial resultante das intervenções acaba por fazer o papel de inviabilizar a permanência de antigos moradores de menor renda e do comércio de padrão mais popular.

Rubino se refere à gentrificação¹⁶ como um termo que, inicialmente usado para explicar e descrever o processo de “transformação gradual de uma zona popular em região nobre”

¹⁶ Esse termo foi usado pela primeira vez pela socióloga Ruth Glass, em 1964, para nomear uma condição de transformação urbana onde o caráter social é, forçadamente, alterado (RUBINO, 2009, p. 25).

(RUBINO, 2009, p. 25), passou para a categoria de um “conceito analítico” com o qual se podem perceber os níveis e a abrangência dos efeitos das intervenções nos centros históricos. É nesse lugar de conceito analítico que os diversos termos usados para designar as intervenções voltadas para a reforma de lugares e de edifícios nos centros históricos podem contribuir para observar os aspectos estratégicos e táticos (publicitários) por trás dos discursos dos setores públicos e privados; como também sua ressignificação ou contestação por parte dos setores sociais de baixa renda que, por tradicionalmente ocuparem estas áreas, sofrem o efeito gentrificador do “combo”: áreas de valor histórico com ocupação de baixa renda + intervenção voltada para o mercado imobiliário e turístico cultural.

Este ano, no Brasil, em meio à pandemia, diversas organizações sociais, movimentos populares, políticos e intelectuais e artistas populares lançaram nacionalmente, em uma *live* na plataforma YouTube no dia 23 de julho, a Campanha Despejo Zero (2020). A *live* chamada “Despejo Zero – Pela Vida no Campo e na Cidade” teve a forma de um “ato político-cultural pelo direito à moradia digna, à cidade e à vida”. Com quase duas horas e meia de duração, a transmissão apresentou um panorama com depoimentos de lideranças de movimentos urbanos e rurais em situação de vulnerabilidade ou sob ameaça de despejo.

No início de agosto, a campanha lançou um formulário online¹⁷ com o objetivo de “sistematizar processos de despejos e remoções durante a pandemia com a finalidade de subsidiar a Campanha Despejo Zero”. Segundo a conta da campanha no Instagram¹⁸, o formulário deveria ser preenchido até o dia 12 de agosto, no intuito de usar “estes dados em atividades de incidência da Campanha Despejo Zero, de enfrentamento aos despejos e remoções urbanos e rurais”, mas ele segue ativo e sem data de encerramento. A campanha continua organizando debates e articulando movimentos em rede nacional e internacional através de *lives*. O último debate realizado pelo Instagram em 4 de setembro teve a participação de representantes do Brasil, México, Itália, Estados Unidos da América, Índia, Espanha e África do Sul.

Participando desta campanha está o movimento de Salvador, Articulação Centro Antigo¹⁹ que, também durante a pandemia, ampliou sua participação nas redes sociais ocupando as

¹⁷ Endereço do formulário: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfql5ahra2XlmwHABr-at9kIrbhTkq3vN_QZD1f2s32A3dw/viewform. Acesso em: 7/8/2020.

¹⁸ Endereço no Instagram: www.instagram.com/campanhadespejozero.

¹⁹ A Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador é composta por: Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, MSTB – Movimento Sem Teto da Bahia, Movimento

principais plataformas. No dia 24 de julho de 2020, a Articulação abriu sua conta no Instagram²⁰ para divulgação de suas atividades, especialmente focadas, neste momento, no “Ato Cortejo Virtual 2020”, uma grande programação que transferiu para o meio digital sua tradicional comemoração pela independência da Bahia, dia 2 de julho.

O Ato-Cortejo Virtual (2020) teve uma programação ao vivo de mais de quatro horas de duração, sendo conduzido por representantes dos movimentos sociais e com intensa participação da comunidade, artistas e intelectuais. Além disso, como parte das atividades online depois, teve uma série de dois debates transmitidos pelo canal da Articulação no YouTube, com o tema “Direito à cidade, racismo e pandemia” e a Mostra Audiovisual “Se mostra Centro Antigo” que, entre 16 e 19 de julho, reuniu em uma *playlist* no YouTube uma importante coleção de 16 videodocumentários sobre o Centro Antigo de Salvador entre os anos de 1998 (O avesso do Pelô, de Kau Rocha e Leonardo Leão) e 2020 (Balizando 2 de julho, de Fabíola Aquino).

Em Portugal, o movimento Morar Lisboa, que é uma importante Plataforma Cidadã constituída por organizações sociais, profissionais, professores e cidadãos e que atua desde 2017 sobre questões voltadas para políticas habitacionais, tem também, desde o início da pandemia (que lá começou antes daqui), ampliado sua atuação nas redes sociais, promovendo ações em seu canal no YouTube²¹, com o objetivo de abrir “uma série de debates dedicados às implicações do coronavírus para alguns dos setores mais vulneráveis da população e em diferentes âmbitos do direito à habitação.” O primeiro deles foi em 1º de maio e teve como tema “Covid-19, imigrantes e o direito à habitação.”

Observando essas ações dos movimentos sociais, retoma-se aqui o texto de Silvana Rubino para concluir esta análise. Nele, além de colocar os conceitos sob a ótica de uma categoria analítica, outra ideia que surge e que tem uma forte relação com esse breve panorama dos movimentos sociais visto acima, é a de ter “uma análise mais focada em bases etnográficas e dados qualitativos” (RUBINO, 2009, p. 28). Esse tipo de análise permite que se observem de modo não dualista as forças que atuam dentro das áreas centrais que são objeto de intervenção.

Nosso Bairro É 2 de Julho, Artífices da Ladeira da Conceição da Praia, Coletivo da Vila Coração de Maria e Centro Cultural Que Ladeira É Essa.

²⁰ No Instagram, www.instagram.com/centroantigovivo/.

²¹ Endereço no YouTube: www.youtube.com/channel/UCeM8pmCNnVl_OcURsrKZIqg/featured.

Neste sentido, ferramentas de pesquisa de campo, oriundas da Antropologia como a etnografia (citada por ela), poderiam ser usadas como forma de mapear um território social e sua dinâmica.

Outra ferramenta é a Análise de Redes (relações) Sociais que, segundo o antropólogo Juan Pujadas, pode ser usada como estratégia metodológica e técnica analítica e, para tal, ele parte de duas premissas: considera que as instituições não cobrem todo o campo das relações sociais dentro de uma determinada estrutura social; os indivíduos conservam, à revelia das leis, alguns espaços de autonomia, entre eles as relações interpessoais que os atores sociais adquirem ao longo de sua vida (PUJADAS, 2009, p. 101-112).

O uso da rede de relações sociais para análise institucional e de grupos sociais se dá através de um diagrama que retrata determinada rede e possibilita identificar e mapear quais são os atores sociais que atuam em determinada dinâmica; quais são suas relações, em que níveis e graus de interação elas se dão e como esta rede se articula em função de seus interesses individuais e coletivos.

A análise da rede estabelece categorias analíticas que podem ser várias dentro de uma mesma rede mostrando resultados diferentes. Algumas categorias podem vir do que Rubino chamou de agentes de transformação socioespacial e pode se expandir para subcategorias como gênero, etnia capital cultural, classe de idade, estilo de vida (RUBINO, 2009, p. 28). São ferramentas que possibilitam cruzar dados sociais, estruturais e histórico-culturais que permitem traçar as especificidades não só de cada contexto urbano onde incidem processos de intervenção, como também dos diversos efeitos destas intervenções, com destaque para a análise da gentrificação das áreas centrais de valor histórico e cultural, ou numa análise pós-ocupação, distinguir entre, por exemplo: enobrecimento e gentrificação, entre outros conceitos que buscam dar conta dos fenômenos urbanos, sociais, econômicos e culturais.

Para tratar comparativamente dos conceitos usados para nomear programas, projetos e planos de intervenção, selecionou-se: revitalização, requalificação, reabilitação e renovação; para tratar dos efeitos destas intervenções nas áreas afetadas: gentrificação, enobrecimento. Isso pode ser mais bem distinto no discurso dos movimentos sociais que no discurso dos agentes da intervenção. Em vários movimentos, a expressão gentrificação é usada para tratar do efeito da intervenção de revitalização, como “Revitalizar onde há vida?”. Se não se revitaliza onde há vida, também não se funda uma cidade onde há um território ocupado. Falando de Salvador, primeira capital do Brasil, poderíamos questionar se a cidade foi fundada por Tomé de Souza em 1549, a mando do rei de Portugal, ou se o que ele fundou foi um núcleo urbano a partir do

qual iria se consolidar o processo de colonização realizado pelos portugueses sobre o território dos povos indígenas que aqui já viviam há séculos.

O espaço urbano da cidade de Salvador é o resultado das lutas que aconteceram a partir de então. Espaço de onde hoje os povos nativos estão ausentes e que, junto com os povos que vieram escravizados, ainda lutam para ter reconhecido seu direito à vida, à autoexpressão e à plena liberdade. Ainda há que se considerar o direito de escolher viver ou não de forma mais ou menos integrada aos espaços urbanos criados a partir do empreendimento português, que hoje é o patrimônio cultural do país tombado pela Unesco em 1985, por resguardar os valores arquitetônicos, urbanísticos, culturais e econômicos trazidos pelos colonizadores e hoje profundamente atravessados por apropriações das culturas indígenas e africanas.

Referências

Ato-Cortejo Virtual 2020. **Articulação do Centro Antigo de Salvador**, Salvador, 2 jul. 2020. Disponível em: https://youtu.be/K_kNy5uL9vM. Acesso em 2/7/2020.

Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Reabilitação de Centros Urbanos**. Coord. ROLNIK, R; BALBIM, R. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

Brasil. Ministério das Cidades/ Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI. **Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais**. Coord. BALBIN, R. Brasília: Ministério das Cidades; Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI, 2008.

COSTA, B. Aluga-se o Brasil. Exclusivo: Pantanal, Forte Copacabana e + 200 pontos turísticos que Bolsonaro quer alugar. **The Intercept**, São Paulo, 16 out. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/10/15/bolsonaro-alugar-areas-publicas-turismo/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Despejo Zero – Pela Vida no Campo e na Cidade. **TVPUC**. São Paulo, 23 jul. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/D4-in1ebFvA>. Acesso em: 23 jul. 2020.

Diário Oficial – República Federativa do Brasil – Estado da Bahia. Salvador: EGBA. Ano CIV n. 22.749, 25 set. 2019, **Secretaria de Turismo. Resumo do Termo de Compromisso**. Disponível em: <https://dool.egba.ba.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2019.

Diário Oficial – República Federativa do Brasil – Estado da Bahia. Bahia: EGBA. Ano CIV n. 22.797, 4 dez. 2019. **Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Resumo do Protocolo de Intenções**. Disponível em: <https://dool.egba.ba.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. **Programação - Seminário Internacional Patrimônio + Turismo**. Brasília, out. 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/patrimonioturismo/pagina/detalhes/2045>. Acesso em: 5 out. 2019.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. **Turismo de base comunitária e patrimônio modernista são princípios da Carta de Porto Alegre (RS)**. Brasília, 25 out. 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5408>. Acesso em: 12 nov. 2019.

PACHECO, L. **Bahia e Portugal assinam acordo para recuperar patrimônio arquitetônico e fortalecer turismo**. Secretaria de Turismo da Bahia, Bahia, 21 de jun. de 2019. Disponível em: www.setur.ba.gov.br/2019/06/1270/Bahia-e-Portugal-assinam-acordo-para-recuperar-patrimonio-arquitetonico-e-fortalecer-turismo.html. Acesso em: 21 de jun. 2019.

PEIXOTO, P. Requalificação urbana. In: FORTUNA, C; LEITE, R (Org.). **Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas**. CES: Coimbra, 2009 (p. 41-52).

Portugal. Decreto-Lei n. 280/2007, 7 de ago. 2007. **Regime Jurídico do Patrimônio Imobiliário Público (versão atualizada)**. Disponível em: <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/anexo-1>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PUJADAS, Juan. Análises de las redes sociales. In: PUJADAS, J. (Coord). **Etnografía**. Barcelona: Editorial UOC, 2010, p. 110-134.

RUBINO, S. Enobrecimento urbano. In: FORTUNA, C; LEITE, R. (Org). **Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas**. CES: Coimbra, 2009 (p. 25-40),

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação das áreas urbanas no Brasil 1930-1990**. Salvador: Oiti Editora, 2014.

Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. **Governo e Arquidiocese firmam parceria para conservar patrimônio histórico da Bahia**. Salvador, 2 dez. de 2019. Disponível em: www.cultura.ba.gov.br/2019/12/17220/Governo-e-Arquidiocese-firmam-parceria-para-conservar-patrimonio-historico-da-Bahia.html. Acesso em: 2 dez. 2019.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Recebido em 15 de fevereiro de 2021 | Aceito em 07 de abril de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional